



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 11 DE
JUNHO DE 2025.

Presidência do Senhor deputado Felipe Leitão.

- Presidente -

Secretário o senhor deputado Tovar Correia Lima.

- 1º secretário -

Às dez horas e vinte minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária. Além dos membros da Mesa acima mencionados compareceram os deputados: Adriano Galdino/REP; Anderson Monteiro/MDB; Branco Mendes/REP; Cicinho Lima/PL; Cida Ramos/PT; Delegado Wallber Virgolino/PL; Dra. Jane Panta/PP; Dra. Paula/PP; Dr. Romualdo/MDB; Dr. Taciano Diniz/UNIAO; Félix Araújo/REDE; Francisca Motta/REP; Galego Souza/PP; George Morais/UNIÃO; Gilbertinho/UNIÃO; Hervázio Bezerra/PSB; Inácio Falcão/PC do B; João Gonçalves/PSB; João Paulo Segundo/PP; Jutay Meneses/REP; Luciano

Cartaxo/PT; Manoel Ludgério/PSDB; Michel Henrique/REP; Sargento Neto/PL; Tanilson Soares/PSB; Tião Gomes/PSB. Havendo número regimental, o senhor Presidente, “invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Após a pausa, o Presidente passou a palavra para o deputado Sargento Neto, assim, o parlamentar fez a leitura de uma passagem bíblica. Em sequência, o Presidente passou a palavra ao primeiro secretário, o deputado Tovar Correia Lima, para a leitura do Expediente em Mesa. Após isso, o Presidente, deputado Felipe Leitão, solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores como também a votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Sargento Neto, saudou todos os presentes, abordou a elevada carga tributária brasileira, bem como destacou que a população demonstrava mais preocupação com a própria segurança ao invés de pautas ligadas à saúde, à educação ou à infraestrutura. Nesse sentido, criticou a falta de valorização dos agentes de Segurança Pública, afirmou que o cidadão vive com medo de sair de casa, ressaltou a situação da Paraíba, onde cerca de trezentas mil pessoas vivem em extrema pobreza e o efetivo policial está abaixo do previsto em lei, assim, finalizou o discurso, lamentando que, mesmo com um país carregado de alta carga tributária, a população não possui seus direitos básicos assegurados. Com a palavra, a deputada Francisca Motta saudou todos os presentes, manifestou preocupação com o uso crescente do cigarro eletrônico, especialmente após a apreensão de uma grande quantidade desses produtos durante os festejos juninos em Campina Grande, conforme noticiado pela imprensa, relatou ter perdido um irmão devido ao uso do cigarro convencional, assim, alertou que o cigarro eletrônico se torna ainda mais perigoso, apesar de já existir uma lei nacional que proibia sua fabricação e comercialização. Nessa seara, reforçou o apelo ao governo do Estado e à Assembléia para que o projeto aprovado em dois mil e vinte e quatro, que previa campanhas de conscientização nas escolas e na sociedade, fosse efetivamente colocado em prática. Nessa percepção, ressaltou que campanhas anteriores reduziram significativamente o uso do cigarro convencional, defendeu que o mesmo esforço fosse feito agora em relação ao cigarro eletrônico, principalmente entre os jovens. Com a palavra, o deputado Gilbertinho, saudou todos os presentes, iniciou seu pronunciamento ao prestar solidariedade à família de Arthur Cunha Lima, destacou sua trajetória como deputado, presidente da Assembléia Legislativa, conselheiro e presidente do

Tribunal de Contas da Paraíba, assim, ressaltando os relevantes serviços prestados ao Estado. Abordou a difícil situação do sertão paraibano, marcada por um inverno escasso e baixa produtividade agrícola devido à insuficiência de chuvas, relatou as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, pediu providências à Secretaria de Agricultura do Estado, solicitando o envio imediato de ração subsidiada, como farelo de soja, trigo e silagem, para alimentar os rebanhos. Com a palavra, o deputado Cicinho Lima saudou todos os presentes, iniciou seu pronunciamento comentando uma reportagem exibida no programa Fantástico, que mostrava o caso de uma jovem envenenada após receber um bolo de pote de origem desconhecida, entregue por um motoboy, também mencionou outros casos semelhantes envolvendo crianças que receberam ovos de Páscoa envenenados, reforçou a necessidade de cautela e de aplicação rigorosa da nova legislação. Com a palavra, o deputado Tovar Correia Lima saudou todos os presentes, denunciou, de forma direta, o uso indevido da máquina pública estadual em benefício de interesses eleitorais, afirmou que diversos parlamentares, inclusive em conversas internas, compartilharam da mesma preocupação, embora não tenham se pronunciado publicamente. Reforçou que essa situação exigia uma atitude da Assembleia, pois a omissão diante de possíveis irregularidades poderia ser interpretada como prevaricação. Com a palavra, o deputado João Gonçalves saudou todos os presentes, iniciou seu pronunciamento manifestando pesar pelo falecimento do ex-presidente da Assembléia Legislativa e ex-conselheiro do Tribunal de Contas, o senhor Arthur Cunha Lima, ressaltou a relação de amizade e gratidão que tinha, lembrando episódios em que foi pessoalmente auxiliado por ele e exaltando seu perfil conciliador, bem como firme. Prestou homenagem póstuma à senhora Luzia Vieira Leite, que faleceu aos 100 anos, como também ressaltou a importância da família Vieira na história política de Santa Inês, mencionando o legado do ex-prefeito Eliseu Leite e do atual prefeito, o senhor Félix Vieira, neto da homenageada. Com a palavra, o deputado George Morais saudou todos os presentes, classificou como um confisco promovido pelo governo do Estado no pagamento do décimo terceiro salário dos trabalhadores da educação, explicou que, grande parte da categoria recebeu o valor de forma reduzida, conforme apontado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação, o que demonstrava, em sua visão, desrespeito e desvalorização por parte do governo. Além disso, lamentou o tratamento dado aos profissionais terceirizados e contratados na área da educação, alegando atrasos, pagamentos incompletos e violações recorrentes de direitos trabalhistas por parte da empresa responsável que continua prestando

serviços ao Estado mesmo após anos de denúncias. Também abordou problemas na área da saúde, expressou indignação com o tratamento dado aos servidores estaduais e pediu providências urgentes para garantir que esses trabalhadores possam comemorar o São João com tranquilidade e dignidade. Com a palavra, o deputado Félix Araújo, saudou todos os presentes, destacou a importância da valorização dos garis e das margaridas, que são as trabalhadoras responsáveis pela limpeza urbana, chamou a atenção para a tramitação do Projeto de Lei 4.146/2022, que propõe a instituição de um piso salarial nacional digno para esses profissionais, classificando a atual realidade como um quadro injusto. Relatou que uma audiência pública realizada na Câmara Federal teve ampla participação e apoio à proposta, expressou sua confiança na aprovação do projeto, por se tratar de uma questão de justiça social. Destacou que Campina Grande é considerada uma das cidades mais limpas do Nordeste e do Brasil, fato que ele atribuiu diretamente ao trabalho árduo dos profissionais da limpeza urbana, nesse sentido, informou que apresentou um requerimento solicitando à bancada federal da Paraíba apoio ao projeto. Em seguida, o deputado Dr. Taciano Diniz cobrou mais uma vez melhorias na gestão da CAGEPA. Ele relatou que diversos municípios paraibanos estavam recebendo água de péssima qualidade, com coloração escura e odor forte, bem como lamentou que os avanços no serviço fossem mínimos, apesar da população continuar pagando por essa água. O parlamentar criticou o reajuste de 7,72% nas tarifas de água e esgoto anunciado pela CAGEPA, mesmo diante da má qualidade do serviço prestado. Ele solicitou providências ao diretor-presidente da CAGEPA, ao secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos e ao governador do Estado, cobrando ações como a regularização da distribuição de água na cidade de Manaíra, implantação de adutoras para as cidades de São José de Princesa e Curral Velho, e a interligação do abastecimento entre Nova Olinda, Pedra Branca e Itaporanga. Ele ainda denunciou ainda as condições críticas do rio Piancó, que estava recebendo esgoto sem tratamento adequado, comprometendo a qualidade da água que abastecia o sertão paraibano. Ele cobrou fiscalização da AESA e reforçou a importância do rio para receber as águas da transposição do São Francisco, proposta defendida por ele desde 2019. Por fim, elogiou a atuação do superintendente da Codevasf na Paraíba, o senhor Irlen Filho, mas solicitou o envio de equipe técnica para averiguar a execução da pavimentação de sete ruas em Itaporanga, obra realizada com recursos de emenda do senador Veneziano, uma vez que se tornou alvo de reclamações da população local. Em seguida, a deputada Cida Ramos mostrou sua felicidade pela consonância com a

fala do deputado Félix Araújo. Proferiu que esteve em Campina Grande no evento promovido pelo Sintab, que trata exatamente da Lei nº 4.146. Proferiu que tal lei garante piso de 2 salários mínimos aos garis. Ressaltou a importância do papel desses trabalhadores para a população e para a saúde pública. Declarou que a solicitação para reajuste salarial dos garis é muito pequena e que a Casa deve articular com os seus aliados na Câmara Federal a fim de aprovar esse projeto de lei. Proferiu que os garis contribuem para a saúde pública, bem como para o meio ambiente, sendo preciso, portanto, respeito para com a classe. Declarou ainda, que os garis pedem também por EPIs, a fim de conseguirem condições dignas de trabalho. Prestou sua contribuição e articulação junto à bancada federal com o objetivo de promover igualdade e justiça social. Na sequência, o deputado Hervázio Bezerra comentou com ironia e com impacto a repercussão provocada por uma matéria do radialista Bruno Pereira, que anunciava uma possível formação de chapa para as eleições, o que teria “incendiado” politicamente o estado. Declarou que o boato se espalhou com intensidade, gerando ampla repercussão na imprensa paraibana, especialmente no interior, e despertando especulações sobre sua origem e credibilidade. Ele questionou se aquela chapa representava apenas o desejo do radialista ou se fora baseada em alguma fonte real. Destacou que era legítimo cada político ter sua preferência eleitoral, inclusive citando o deputado Felipe Leitão, que já havia manifestado a sua vontade. Ressaltou, contudo, que a matéria foi tratada como vinda de uma fonte confiável e ganhou grande projeção. O deputado relatou que conversou com o secretário Nonato, que negou veementemente a realização da reunião apontada pela matéria e desmentiu qualquer articulação que indicasse o isolamento político do prefeito Cícero Lucena. Ele elogiou o histórico político de Cícero, afirmando que ele sempre demonstrou desprendimento e compromisso com a unidade do grupo, inclusive abrindo mão de postulações em outras ocasiões. O parlamentar reconheceu o desafio que recai sobre o deputado Aguinaldo Ribeiro, que, segundo ele, terá que articular e buscar um entendimento entre forças políticas fortes, como Cícero, que lidera as pesquisas, e Lucas Ribeiro, vice-governador e possível candidato ao Senado, caso João Azevêdo dispute a vaga. Destacou que a decisão envolve uma “bomba”, que pode ser boa ou ruim, e que caberá ao tempo mostrar os caminhos. Por fim, o parlamentar afirmou que, embora tenha sua preferência, está disposto a apoiar qualquer nome dentro do seu agrupamento político. Reforçou a força do grupo, que está há 16 anos no poder, e mencionou lideranças de destaque como Hugo Motta, Lucas Ribeiro, Cícero Lucena e o presidente da Assembleia, todos bem

posicionados nas pesquisas. Encerrou apontando que, apesar do desgaste natural do tempo no poder, a oposição tem chances reduzidas e que há muito mais convergência do que divergência dentro da base aliada. Logo após, o deputado Felipe Leitão parabenizou o deputado Galego de Souza pelo seu aniversário. O deputado citado por último agradeceu as felicitações. Em seguida, o deputado Luciano Cartaxo, após saudações de praxe, destacou a proximidade do Dia Nacional do Cinema, celebrado em 19 de junho, como uma oportunidade de reflexão sobre a importância do audiovisual no Brasil e, especialmente, na Paraíba. Ele lembrou que seu mandato foi responsável pela aprovação de um projeto relevante na Casa: o Programa Estadual do Desenvolvimento do Cinema no Estado da Paraíba. Declarou que tal proposta visa incentivar e fortalecer a produção audiovisual no estado, destacando a importância do setor como parte fundamental da economia criativa. Referiu-se também a ações realizadas quando foi prefeito de João Pessoa, ocasião em que foram investidos mais de oito milhões de reais na produção de 45 obras audiovisuais, consolidando o maior investimento já feito no setor no estado até então. Enfatizou o potencial da Paraíba, citando Cabaceiras como exemplo de destaque nacional, conhecida como a *“Roliúde Nordestina”*. Defendeu que o projeto aprovado pode atrair investimentos públicos e privados, valorizando talentos locais e fortalecendo a cultura. Além disso, relacionou o cinema a outros segmentos da economia criativa, como o artesanato, lembrando que a Paraíba sedia o Salão do Artesanato em João Pessoa e Campina Grande, sendo este último alinhado ao São João. Ressaltou que, em sua gestão municipal, João Pessoa foi reconhecida pela UNESCO como cidade criativa, especialmente nas áreas do artesanato e da cultura popular. Por fim, o deputado comemorou a aprovação do projeto, expressou confiança na sanção do governador João Azevêdo e reiterou o compromisso do seu mandato com a cultura, o desenvolvimento social e econômico e a valorização da criatividade paraibana durante todo o ano, não apenas em períodos festivos. Logo após, a deputada Dra. Paula iniciou saudando os presentes e destacou a importância da visita do ministro Waldez Góes à cidade de Cajazeiras, acompanhado, provavelmente, pelo governador João Azevêdo. Declarou que a visita teve como objetivo a inauguração da reestruturação da parede do açude de Boqueirão (Engenheiro Ávidos), obra que permitirá uma capacidade de armazenamento superior a 294 milhões de metros cúbicos de água, essencial para o sertão paraibano, especialmente em períodos de seca. Ela ressaltou a presença de diversas autoridades no evento, como o deputado estadual Júnior Araújo, a prefeita de Cajazeiras, vereadores, lideranças

locais e a população em geral. Enfatizou a importância de não apenas reivindicar, mas também reconhecer e agradecer as ações dos governos federal, estadual e municipal. A parlamentar manifestou solidariedade ao deputado Tovar Correia Lima e denunciou casos de perseguição política a servidores públicos, mencionando especificamente demissões injustificadas de funcionários com décadas de serviço, como ocorreu no Hospital Regional de Cajazeiras. Proferiu que, segundo ela, muitas dessas perseguições são articuladas por assessores e aliados políticos, sem o conhecimento direto do governador. Criticou o silêncio diante de tais injustiças, afirmando que a omissão torna os parlamentares coniventes com esse tipo de atitude. Reforçou que, embora cargos comissionados possam ser trocados por critérios políticos, não se pode admitir demissões de servidores efetivos ou com longos anos de serviço apenas por questões partidárias, especialmente em um contexto de escassez de empregos. Concluiu o discurso, pedindo o engajamento de todos os deputados na denúncia dessas práticas e agradeceu a atenção. Em seguida, o deputado Anderson Monteiro relatou sua participação em uma audiência pública realizada na última sexta-feira, na Câmara Municipal de Esperança. Proferiu que o evento, promovido pelo sindicato rural e envolvendo todo o polo da Borborema, teve como tema principal o programa “Garantia Safra” e contou com discussões significativas sobre a necessidade urgente de mudanças no programa. O parlamentar destacou que o “Garantia Safra”, direito essencial dos agricultores que enfrentam prejuízos por condições climáticas adversas, precisa ser atualizado. Criticou o valor atual do benefício, que não alcança nem o equivalente a um salário mínimo, quando no início do programa esse valor era o dobro do mínimo da época. Ele defendeu que o benefício seja, no mínimo, equivalente a um salário mínimo atual, além de rever critérios como o tamanho da propriedade (hoje limitada a 0,6 hectares) e parâmetros técnicos do IBGE e do INMET, que, segundo ele, estão defasados e dificultam o acesso de pequenos agricultores ao programa. O deputado elogiou o compromisso do senador Veneziano Vital do Rêgo, que, conforme suas palavras, vem liderando uma articulação junto à bancada federal para revisar a legislação e garantir que essas correções ocorram com urgência. Ressaltou que o governo federal atual é sensível às causas sociais, o que aumenta a esperança de avanços concretos para os agricultores. Além disso, o deputado anunciou sua participação em uma audiência pública do “Movimento Esgotei”, que acontecerá na próxima sexta-feira no auditório do Ministério Público da Paraíba, em João Pessoa. Proferiu que o evento discutirá a poluição do rio Jaguaribe e seus impactos sobre as

praias de João Pessoa e Cabedelo. Ele elogiou o caráter apartidário e o envolvimento da sociedade civil no movimento, ressaltando a importância de manter o crescimento da capital aliado à sustentabilidade e à preservação ambiental. Finalizou o discurso, afirmando que é inadmissível a situação de esgoto sendo despejado nas praias, bem como defendeu que João Pessoa e a Paraíba devem ser motivos de orgulho, e não de vergonha, conclamando todos a se engajarem na luta por soluções sustentáveis. Na sequência, o deputado Dr. Romualdo iniciou seu discurso lamentando o falecimento do ex-deputado e conselheiro Arthur Cunha Lima, a quem prestou condolências, destacando sua relevância para o estado e o carinho dos servidores da Casa. Em seguida, celebrou a grandiosidade da tradicional festa realizada em Cabaceiras, enaltecendo a transformação da cidade, que no passado era estigmatizada por sua aridez, mas se reinventou, especialmente a partir dos anos 2000, ganhando projeção com o filme “O Auto da Compadecida”. Declarou que hoje Cabaceiras é exemplo de desenvolvimento e qualidade de vida para cidades de pequeno porte. Ele parabenizou as gestões responsáveis por essa mudança, citando Arnaldo Júnior, Ricardo Aires, Luiz Aires e Thiago Castro. Na sequência, Dr. Romualdo criticou a má qualidade da obra de pavimentação da alça leste, entre as BRs 230 e 104, comparando o trajeto a uma “prova de obstáculos”. Pediu que o Governo do Estado averiguasse a situação e notificasse a empresa responsável pela estrada, já que a via se encontra esburacada pouco tempo após sua conclusão. Referiu-se ainda a problemas relacionados à reforma das escolas Miguel de Santa Cruz e Monteiro que ainda não saíram do papel. Reforçou outra denúncia: o atraso nos repasses para o transporte escolar por parte do Estado, que estaria prejudicando prestadores de serviço em Monteiro e possivelmente em outros municípios. Apesar de não querer acusar diretamente, afirmou que o fato precisa ser apurado e cobrado. O deputado elogiou ainda a audiência pública realizada pelo colega Anderson Monteiro sobre o programa “Garantia Safra”, destacando a importância do tema para o Nordeste, frequentemente esquecido ou discriminado em políticas nacionais. Criticou o histórico recente de preconceito contra a região e expressou a expectativa de que o governo Lula promova as devidas correções. Em tom de repúdio, comentou a fala do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que comparou moradores de rua a “carros abandonados”, dizendo que se trata de uma postura desumana e incompatível com qualquer pretensão de liderança nacional. Por fim, informou que está tramitando na Casa um projeto de sua autoria voltado à valorização da Serra de Bodopitá, no município de Fagundes, que poderia se

tornar um novo polo turístico e cultural, similar ao que ocorre em Cabaceiras. Encerrou reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento do Cariri e de toda a Paraíba. Em seguida, o Presidente Felipe Leitão pediu aos deputados presentes que se dirigissem ao plenário e aos remotos que permanecessem on-line, isso a fim de garantir o quórum necessário para a votação de projetos importantes. A sessão foi suspensa por cinco minutos para restabelecer o quórum. Em seguida, houve a troca de presidência, com o Deputado Adriano Galdino assumindo a condução da sessão. O Presidente demonstrou preocupação com as ausências de deputados e chamou atenção para a necessidade de maior participação, especialmente na CCJR. Informou que o Ministro Valdez Góes visitaria a Paraíba para inaugurar trechos da Adutora do Pajeú, beneficiando cidades como Desterro e Teixeira. Ele destacou a importância da obra e agradeceu ao presidente Lula, mencionando a atuação do deputado Murilo Galdino para agilizar a licitação e o início da obra. Também elogiou a postura de curiosidade do presidente Lula durante sua última visita à Paraíba, destacando seu interesse em aprender sobre os problemas locais. Prosseguindo, foi passada a palavra ao 2º secretário o deputado Tovar, para que desse início a ordem do dia.

1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E VOTANDO NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC. II E III DO R.I): 187/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.979/2024 de autoria do Deputado Luciano Cartaxo, que “Institui diretrizes para a Política de Atenção à Saúde Mental Materna no âmbito da Paraíba e dá outras providências”. RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL. Parecer aprovado pelo presidente, em discussão, não houve uso da palavra. O encaminhamento da bancada da oposição foi pela rejeição do veto. O encaminhamento da bancada da situação foi pela manutenção do veto. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, veto mantido por maioria, com 16 votos sim, 9 votos não e 0 abstenções. 189/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.044/2024 de autoria do Deputado Chico Mendes, que “Dispõe sobre a instituição da Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências”. RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL. Parecer

aprovado pelo presidente, em discussão, não houve uso da palavra. O encaminhamento da bancada da oposição foi pela rejeição do veto. O encaminhamento da bancada da situação foi pela manutenção do veto. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, veto mantido por maioria, com 8 votos sim, 13 votos não e 2 abstenções. 2. PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: 46/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera o art. 304 da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL Aprovada a urgência urgentíssima, por maioria, com votos contrários dos deputados Delegado Wallber Virgolino, Tovar Correia Lima, Sargento Neto, George Morais e Anderson Monteiro. Relatoria especial designada ao deputado Jutay Meneses. Relator proferiu parecer pela aprovação do projeto. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por maioria com voto contrário do deputado Delegado Wallber Virgolino, em 1º turno. 47/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Dispõe sobre a inclusão do art. 52-A na Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatoria especial designada ao deputado João Gonçalves. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade em 1º turno. 48/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatoria especial designada ao deputado João Gonçalves. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade em 1º turno. 49/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera o art. 179-A da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatoria especial designada ao deputado Jutay Meneses. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão, o deputado Wallber Virgolino, pede esclarecimento sobre o projeto ao deputado tovar. Em votação, parecer aprovado por unanimidade em 1º turno. 3. MEDIDA PROVISÓRIA – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA URGÊNCIA E RELEVÂNCIA – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: - 344/2025 - DO GOVERNADOR DO ESTADO – Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Professor Nota Mil, Escola Nota Mil e Melhores do Ano e

dá outras providências. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatoria especial designada a deputada Cida Ramos. Relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. 4. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: 4.475/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Denomina de "Engenheiro Ricardo Moisés Gomes de Sousa" a Estação de Tratamento de Água do Ramal Cariri, que faz parte do Sistema Adutor Transparaíba. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a relatora especial. A deputada Francisca Motta proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, os deputados Adriano Galdino e Tovar fizeram considerações a respeito do engenheiro Ricardo Moisés. A deputada Cida Ramos, em aparte, sugeriu que se não houvesse reunião da CCJ na próxima semana, os projetos de utilidade pública viessem diretamente para o plenário, sob pena de estarem impedidos de darem prosseguimento às emendas. Em resposta, o deputado Adriano Galdino disse que o pedido seria analisado. Em votação, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade. 4.505/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dá nova redação ao Anexo II e insere Anexo VI na Lei nº 12.792, de 02 de outubro de 2023, para estabelecer as atribuições dos cargos comissionados da estrutura da Secretaria de Estado da Educação. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O deputado Tovar fez esclarecimentos sobre o referido projeto. Designado relator especial o deputado Gilbertinho que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.537/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Institui o Plano de Incentivo à Aposentadoria Voluntária - PINAV para os servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial o deputado Sargento Neto que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.538/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera o art. 2º da Lei Estadual nº 4.551, de 29 de dezembro de 1983, para incluir as despesas de pessoal de caráter indenizatório no rol de despesas custeadas com recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário - FEPI. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Tanilson Soares proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não

houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.539/2025 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera dispositivos da Lei nº 9.586, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL Divisão de Pesquisa e Estudos Legislativos. Designado relator especial o deputado João Gonçalves que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.540/2025 – DA DEFENSORIA PÚBLICA - Autoriza a concessão de transferência de recursos financeiros já consignados a Defensoria Pública da Paraíba na Lei Estadual nº 13.549, de 10 de janeiro de 2025, ao CONDEGE, na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial o deputado João Gonçalves que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.310/2025 - DO DEPUTADO TIÃO GOMES - Reconhece como Patrimônio Histórico Material todo o conjunto de obras criadas, construídas ou reformadas na Paraíba pelo padre José Antônio Maria Ibiapina, o Venerável Padre Ibiapina. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Não votado. 542/2023 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Órgãos públicos e empresas privadas terão que divulgar informações sobre radares limitadores de velocidade na internet, em especial a localização dos equipamentos e o limite estabelecido para cada via. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE REDAÇÃO DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Não votado. 1.435/2023 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO – Estabelece a isonomia entre árbitros e árbitras no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Não votado. 1.697/2024 - DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA - Institui a campanha de incentivo à emissão de carteira de identificação civil de crianças. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. A deputada Francisca Motta proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, a deputada Jane Panta explicou a importância do referido projeto. O deputado Jutay Meneses salientou que era interessante incluir no projeto emenda sobre o registro de nascimento. A deputada Francisca Mota informou que já se fazia a certidão de nascimento no município de Patos e acreditava que outras cidades também. O deputado João Gonçalves fez uso da palavra para informar que a

legislação já existia, inclusive de sua autoria. A deputada Cida Ramos disse que a campanha da certidão já era uma realidade, que era nacional e que na Paraíba foram feitas diversas ações para regular a situação das pessoas. Pediram subscrição ao projeto os deputados Adriano Galdino e Dra. Paula. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.215/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o Programa “Escola Amiga do Agro” no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Não votado. 2.220/2024 - DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Declara a Serra do Bodopitá, situado no Município do Fagundes, como patrimônio cultural, turístico e imaterial do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial o deputado Sargento Neto que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.334/2024 - DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Estabelece a Política Estadual de assistência integral às pessoas com erisipela. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Cicinho Lima que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.695/2024 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE – Altera a Lei nº 12.248, de 15 de março de 2022, que “Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial a deputada Francisca Motta que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, o deputado Michel Henrique fez explanações sobre o referido projeto. A deputada Jane Panta e Cida Ramos fizeram uso da palavra para ressaltar a importância do projeto. Subscreveram o projeto os deputados Dr. Romualdo, Jane Panta, Cida Ramos, Francisca Mota, Dra Paula, Dr. Taciano Diniz e Anderson Monteiro. Em votação, aprovado por unanimidade. Assumiu a presidência o deputado Dr. Taciano Diniz, dando continuidade a pauta. 3.333/2024 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Dispõe sobre a promoção da campanha permanente de conscientização fiscal e tributária, no âmbito do estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Cicinho Lima proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 3.346/2024 - DO DEPUTADO DELEGADO

WALLBER VIRGOLINO - Institui o Dia Estadual de Combate e Conscientização ao Sedentarismo no Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Sargento Neto proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, o deputado Tovar disse que ao longo dos anos ocorreram muitas mudanças, exaltando o papel da atividade física. Em votação, aprovado por unanimidade. Assumiu a presidência o deputado Adriano Galdino, dando continuidade a pauta. 3.594/2025 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Institui a Política Estadual de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. A deputada Cida Ramos salientou a importância do projeto, parabenizou o autor e proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, a deputada Chica Motta elogiou o projeto e citou a dificuldade no atendimento às pessoas com deficiência. A deputada Dra. Paula parabenizou o projeto e citou a problemática das crianças que necessitavam de atendimento especial. Subscreveram o projeto as deputadas Cida Ramos, Dra. Paula e Francisca Motta. Em votação, aprovado por unanimidade. 3.648/2025 - DO DEPUTADO DR. TACIANO DINIZ - Fica incluído no calendário turístico e cultural do estado da Paraíba a “festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição” realizada no município de Imaculada - PB. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Anderson Monteiro proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.472/2025 – DO DEPUTADO DEL. WALLBER VIRGOLINO – Reconhece como patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba o Yayú Clube, localizado no Município de Santa Luzia-PB. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial. O deputado Cicinho Lima que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.510/2025 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Turismo, Doutor Celso Sabino de Oliveira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relatora especial. A deputada Francisca Motta que proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Subscreveu o projeto o deputado

Dr. Taciano Diniz. Em votação, aprovado por unanimidade. O Presidente registrou a presença do Prefeito de Pedra Lavrada, Tota Galdino e do vereador Leo Madeira, do município de Cruz do Espírito Santo. 4.477/2025 – DO DEPUTADO CHICO MENDES – Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Noelson Rocha De Araújo, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão, o deputado Félix Araújo fez explanações sobre o homenageado. Em votação, aprovado por unanimidade. 335/2023 – DO DEPUTADO TANILSON SOARES – Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do estado da Paraíba, a Festa de São Miguel da cidade de Baía da Traição e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE PARECER DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MEIO AMBIENTE PELA APROVAÇÃO. Em discussão os pareceres, não houve quem quisesse discutir. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. Logo após, em concordância com os líderes de bancadas, foi colocado para votação em bloco os itens 5, 6, 7, 8 e 9 da pauta. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, aprovadas todas as matérias de autoria dos deputados presentes, sem destaques, constantes nos itens da pauta mencionados. Por fim, não havendo mais a deliberar, o presidente anunciou o encerramento da presente sessão ordinária. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas, na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. Sala das Sessões, João Pessoa, 11 de junho de 2025.



DEP. ADRIANO GALDINO
Presidente



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

- 1º secretário -